

Junta de Freguesia do Parque das Nações

Demonstrações Financeiras, Orçamentais e respetivos anexos.

31 de dezembro de 2022

Índice

1.	Identificação da entidade período de relato e referencial contabilístico	12
1.1.	Identificação da entidade, período de relato:	12
1.2.	Referencial contabilístico e demonstrações financeiras	13
2.	Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	14
2.1.	Bases de mensuração usadas na preparação as demonstrações financeiras	14
2.2.	Outras Políticas Contabilísticas Relevantes	17
2.3.	Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;	18
2.4.	Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);	19
2.5.	Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;	19
2.6.	Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);	19
2.7.	Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros;	19
2.8.	Erros materiais de períodos anteriores	19
3.	Ativos intangíveis	19
4.	Acordos de concessão de serviços: Concedentes	20
5.	Ativos fixos tangíveis	20
6.	Locações	23
7.	Custos de empréstimos obtidos	23
8.	Propriedades de investimento	23
9.	Ativos não correntes e não financeiros	23
10.	Inventários	23
11.	Agricultura	23
12.	Contratos de construção	23
13.	Rendimento de transações com contraprestação	23
14.	Rendimento de transações sem contraprestação	24
15.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	26
16.	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	27
17.	Acontecimentos após a data de relato	27
18.	Instrumentos financeiros	27
19.	Benefícios dos empregados	29
20.	Divulgações de partes relacionadas	30
20.6.	Remuneração dos órgãos autárquicos	30
21.	Relato por segmentos	30



22.	Interesses em outras entidades	30
	Outras Divulgações	31
23.	Diferimentos	31
24.	Transferências e Subsídios Concedidos	31
25.	Património/Capital	32
26.	Fornecimentos e serviços externos	33
27.	Outros rendimentos e ganhos	33
28.	Outros gastos e perdas	34
29.	Gastos ou reversões de depreciações e amortizações	34
•	Anexo às Demonstrações Orçamentais	35
21.	Alterações Orçamentais da Receita	35
22.	Alterações Orçamentais da Despesa	35
23.	Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos	36
24.	Operações de Tesouraria	36
25.	Contratação Administrativa	37
25.1.	Situação dos Contratos	37
25.2.	Adjudicações por tipo de procedimento	37
26.	Transferências e Subsídios	37
26.1.	Transferências e Subsídios – Despesa	37
26.1.1.	Transferências Correntes	37
26.1.2.	Transferência de Capital	38
26.2.	Transferências e Subsídios – Receita	38
26.2.1.	Transferências Correntes	38
26.2.2.	Transferências de Capital	39
27.	Outras Divulgações	39

CA
A

ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

Demonstração de desempenho orçamental

RÚBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo de gestão anterior		-4.824.285,65	5.359.034,73	0,00	0,00	3.367,43	538.116,51	883.646,20
Operações Orçamentais [1]		-4.824.285,65	5.359.034,73	0,00	0,00	0,00	534.749,08	879.501,02
Devolução do saldo oper. orçamentais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento do saldo devolvido por entidades terceiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]		0,00	0,00	0,00	0,00	3.367,43	3.367,43	4.145,18
Receita corrente		6.229.490,50	306.480,32	0,00	0,00	0,00	6.535.970,82	6.005.838,65
R1 Receita fiscal		102.971,89	0,00	0,00	0,00	0,00	102.971,89	101.407,53
R1.1 Impostos diretos		102.971,89	0,00	0,00	0,00	0,00	102.971,89	101.407,53
R1.2 Impostos indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades		194.003,37	0,00	0,00	0,00	0,00	194.003,37	129.202,33
R4 Rendimentos de propriedade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5 Transferências e subsídios correntes		4.911.562,62	306.001,92	0,00	0,00	0,00	5.217.564,54	5.258.221,34
R5.1 Transferências Correntes		4.911.562,62	306.001,92	0,00	0,00	0,00	5.217.564,54	5.258.221,34
R5.1.1 Administrações Públicas		4.904.536,21	302.412,00	0,00	0,00	0,00	5.206.948,21	5.239.250,72
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português		3.700.097,65	302.412,00	0,00	0,00	0,00	4.002.509,65	3.952.593,73
R5.1.1.2 Administração Central - Outras Entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local		1.204.438,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1.204.438,56	1.286.656,99
R5.1.2 Exterior - UE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras		7.026,41	3.589,92	0,00	0,00	0,00	10.616,33	18.970,62
R5.2 Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Vendas de bens e serviços		988.418,95	0,00	0,00	0,00	0,00	988.418,95	501.689,00
R7 Outras receitas correntes		32.533,67	478,40	0,00	0,00	0,00	33.012,07	15.318,46
Receita de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R8 Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9 Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1 Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1 Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1 Administração Central - Estado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - UE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reposição não abatidas aos pagamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]		6.229.490,50	306.480,32	0,00	0,00	0,00	6.535.970,82	6.005.838,65
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12 Receita com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4] = [1] + [2] + [3]		1.405.204,85	5.665.515,05	0,00	0,00	0,00	7.070.719,90	6.885.339,67
Operações de Tesouraria [B]		0,00	0,00	0,00	0,00	55.379,64	55.379,64	0,00

RÚBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO						n-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente		5.565.726,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5.565.726,29	6.284.653,47
D1 Despesa com o pessoal		2.779.205,64	0,00	0,00	0,00	0,00	2.779.205,64	2.593.433,60
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes		2.230.651,96	0,00	0,00	0,00	0,00	2.230.651,96	2.054.435,54
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais		101.630,44	0,00	0,00	0,00	0,00	101.630,44	103.307,69
D1.3 Segurança social		446.923,24	0,00	0,00	0,00	0,00	446.923,24	435.690,27
D2 Aquisição de bens e serviços		2.668.878,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.668.878,40	3.476.495,91
D3 Juros e outros encargos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4 Transferências correntes		80.084,43	0,00	0,00	0,00	0,00	80.084,43	156.234,22
D4.1 Transferências Correntes		80.084,43	0,00	0,00	0,00	0,00	80.084,43	156.234,22
D4.1.1 Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1 Administração Central - Estado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2 Entidades do Setor Não Lucrativo		48.140,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.140,00	51.000,00
D4.1.3 Famílias		31.944,43	0,00	0,00	0,00	0,00	31.944,43	105.234,22
D4.1.4 Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5 Outras Despesas Correntes		37.557,82	0,00	0,00	0,00	0,00	37.557,82	58.489,84
Despesa de capital		32.541,02	0,00	0,00	0,00	0,00	32.541,02	65.937,12
D6 Aquisição de bens de capital		32.541,02	0,00	0,00	0,00	0,00	32.541,02	65.937,12
D7 Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1 Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1 Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2 Entidades do Setor não Lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3 Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		5.598.267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.598.267,31	6.350.590,59
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9 Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		5.598.267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.598.267,31	6.350.590,59
Operações de Tesouraria [C]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	777,75
Saldo para a gerência seguinte:		-4.193.062,46	5.665.515,05	0,00	0,00	58.747,07	1.531.199,66	538.116,51
Operações Orçamentais:		-4.193.062,46	5.665.515,05	0,00	0,00	0,00	1.472.452,59	534.749,08
Operações de Tesouraria:		0,00	0,00	0,00	0,00	58.747,07	58.747,07	3.367,43
Saldo global [2]-[5]		631.223,19	306.480,32	0,00	0,00	0,00	937.703,51	-344.751,94
Despesa primária		5.598.267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.598.267,31	6.350.590,59
Saldo corrente		663.764,21	306.480,32	0,00	0,00	0,00	970.244,53	-276.814,62
Saldo de capital		-32.541,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-32.541,02	-65.937,12
Saldo primário		631.223,19	306.480,32	0,00	0,00	0,00	937.703,51	-344.751,94
Receita total [1]+[2]+[3]		1405.204,85	5.665.515,05	0,00	0,00	0,00	7.070.719,90	6.885.339,67
Despesa total [5]+[6]		5.598.267,31	0,00	0,00	0,00	0,00	5.598.267,31	6.350.590,59

O Vogal do Pelouro da Financeira

e Patrimonial

O Presidente

O Contabilista Certificado

Américo S. A. Pereira

Carlos António

Hugo Gonçalves

Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões corrigidas	Receitas por cobrar de períodos anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Recotas por cobrar no final do período	Grau de Execução Orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos Anteriores	Período Corrente	
Receita Corrente															
R1	Receita Fiscal	102.000,00	0,00	103.010,78	38,89	103.010,78	38,89	38,89	0,00	102.971,89	102.971,89	0,00	0,00	100,95	
R1.1	Impostos diretos	102.000,00	0,00	103.010,78	38,89	103.010,78	38,89	38,89	0,00	102.971,89	102.971,89	0,00	0,00	100,95	
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	275.351,00	60.022,53	289.287,19	103.096,71	289.198,67	89.195,30	89.195,30	15.046,09	178.957,26	194.003,37	52.893,84	5,46	64,99	
R4	Rendimentos de propriedade	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5	Transferências e subsídios correntes	5.862.855,35	0,00	5.827.087,94	309.823,40	5.827.087,94	309.823,40	309.823,40	0,00	5.217.564,54	5.217.564,54	0,00	0,00	89,00	
R5.1	Transferências Correntes	5.862.855,35	0,00	5.827.087,94	309.823,40	5.827.087,94	309.823,40	309.823,40	0,00	5.217.564,54	5.217.564,54	0,00	0,00	89,00	
R5.1.1	Administrações Públicas	5.850.306,52	0,00	5.816.471,61	309.823,40	5.816.471,61	309.823,40	309.823,40	0,00	5.206.948,21	5.206.948,21	0,00	0,00	89,00	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	3.940.385,00	0,00	4.304.321,65	302.412,00	4.304.321,65	302.412,00	302.412,00	0,00	4.002.509,65	4.002.509,65	0,00	0,00	101,69	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.1.5	Administração Local	1.909.941,52	0,00	1.211.643,96	7.111,40	1.211.643,96	7.111,40	7.111,40	0,00	1.204.438,56	1.204.438,56	0,00	0,00	63,08	
R5.1.2	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3	Outras	11.948,87	0,00	10.686,33	0,00	10.686,33	0,00	0,00	0,00	10.686,33	10.686,33	0,00	0,00	89,60	
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços	958.600,00	98.497,73	1.324.801,61	278.193,71	1.217.119,75	228.700,80	228.700,80	29.681,16	958.737,79	988.418,95	156.686,25	3,10	100,01	
R7	Outras receitas correntes	44.500,00	1.217,45	32.788,67	522,60	33.534,67	522,60	522,60	223,40	32.788,67	33.012,07	471,45	0,50	73,69	
Total Receita Corrente:		7.242.607,39	159.737,71	7.276.955,76	691.375,31	7.163.951,81	627.960,99	627.960,99	44.950,65	6.491.020,17	6.535.970,82	0,62	0,62		
Receita de Capital															
R8	Venda de bens de investimento	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R12	Passagem com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Receita de Capital:		1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R14	Saldo da gestão anterior	534.749,06	0,00	534.749,06	0,00	534.749,06	0,00	0,00	0,00	534.749,06	534.749,06	0,00	0,00	100,00	
Total		7.778.356,47	159.737,71	7.611.704,84	691.375,31	7.599.700,89	627.960,99	627.960,99	44.950,65	7.025.769,25	7.070.719,90	209.347,34	0,58	90,32	

O Vogal do Pelouro da

Financeira e Patrimonial

O Presidente

O Contabilista Certificado

Alonso S. J. Pereira

Carlos Antunes

Hugo Gonçalves

Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações consignadas	Cativos	Descaivos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente
								Períodos anteriores	Período corrente	Total				
Despesa Corrente														
D1	Despesa com o pessoal	43.521,27	2.896.328,95	0,00	0,00	2.780.210,28	2.780.210,28	43.521,27	2.735.694,37	2.779.205,64	0,00	44.528,31	1,50	94,45
D1.1	Remunerações correntes e permanentes	22.807,56	2.306.318,41	0,00	0,00	2.230.789,68	2.230.789,68	22.807,56	2.207.844,40	2.230.951,96	0,00	22.945,28	0,89	95,73
D1.2	Alíquotas Variáveis ou Eventuais	1.358,50	103.807,58	0,00	0,00	101.893,52	101.893,52	1.358,50	100.271,94	101.630,44	0,00	162,58	1,24	91,32
D1.3	Segurança social	19.355,21	480.202,96	0,00	0,00	447.530,08	447.530,08	19.355,21	446.363,03	446.363,24	0,00	19.962,05	4,03	83,04
D2	Aquisição de bens e serviços	175.843,17	4.684.563,88	0,00	0,00	2.709.468,33	2.692.255,47	46.622,33	2.668.878,40	2.668.878,40	216.434,10	0,00	1,00	55,38
D3	Juros e outros encargos	0,00	4,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subvencões correntes	6.201,00	115.400,00	0,00	0,00	79.883,43	80.084,43	0,00	80.084,43	80.084,43	0,00	0,00	0,00	68,40
D4.1	Transferências Correntes	6.201,00	115.400,00	0,00	0,00	79.883,43	80.084,43	0,00	80.084,43	80.084,43	0,00	0,00	0,00	68,40
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	51.400,00	0,00	0,00	48.140,00	48.140,00	0,00	48.140,00	48.140,00	0,00	0,00	0,00	93,66
D4.1.3	Famílias	6.201,00	64.000,00	0,00	0,00	25.743,43	31.944,43	0,00	31.944,43	31.944,43	0,00	0,00	0,00	43,91
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	42.053,64	0,00	0,00	37.557,82	37.557,82	0,00	37.557,82	37.557,82	0,00	0,00	0,00	83,31
Total Despesa Corrente:		225.565,44	7.738.350,47	0,00	0,00	5.601.123,86	5.520.111,00	90.144,20	5.475.582,09	5.565.726,29	216.434,10	44.528,31	1,16	70,76
Despesa de Capital														
D6	Aquisição de bens de capital	2.109,14	40.006,00	0,00	0,00	32.541,01	32.541,02	0,00	32.541,02	32.541,02	2.109,13	0,00	0,00	81,34
Total Despesa de Capital:		2.109,14	40.006,00	0,00	0,00	32.541,01	32.541,02	0,00	32.541,02	32.541,02	2.109,13	0,00	0,00	81,34
Total		227.674,58	7.778.356,47	0,00	0,00	5.633.664,87	5.552.652,02	90.144,20	5.508.125,11	5.598.267,31	218.543,23	44.528,31	1,16	70,81

O Vogal do Pelouro da Financeira

e Patrimonial

O Presidente

O Contabilista Certificado



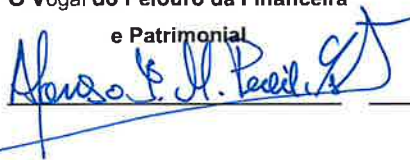
Carlos André

Hugo Gonçalves

Balanço

Valores expressos em euros			
RUBRICAS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2022	31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	788.095,00	917.123,87
Ativos intangíveis	3	16.838,83	23.536,63
		804.933,83	940.660,50
Ativo corrente			
Clientes, contribuintes e utentes	18	196.975,67	144.915,58
Outras contas a receber	18	56.648,03	301.321,02
Diferimentos	23	2.966,97	6.192,26
Caixa e depósitos	1	1.531.199,66	538.116,51
		1.787.790,33	990.545,37
Total do ativo		2.592.724,16	1.931.205,87
Património Líquido			
Património/ Capital	25	517.831,71	517.831,71
Reservas	25	70.415,40	70.415,40
Resultados transitados	25	(1.048.035,13)	(621.069,53)
Outras variações no Património Líquido	25	317.813,39	342.484,25
Resultado líquido do período	25	574.169,64	(426.965,60)
Total do Património Líquido		432.195,01	(117.303,77)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	120.838,17	100.252,95
Outras contas a pagar	18	42.599,69	42.599,69
		163.437,86	142.852,64
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos		8.460,00	-
Fornecedores	18	443.091,95	252.039,89
Estado e outros entes públicos	18	58.777,28	47.003,98
Outras contas a pagar	18	325.949,62	433.564,53
Diferimentos	23	1.160.812,44	1.173.048,60
		1.997.091,29	1.905.657,00
Total do Passivo		2.160.529,15	2.048.509,64
Total do património líquido e do passivo		2.592.724,16	1.931.205,87

O Vogal do Pelouro da Financeira
e Patrimonial



O Presidente



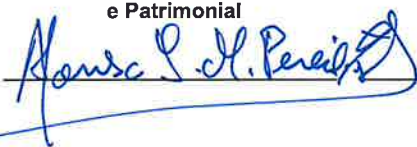
O Contabilista Certificado



Demonstração de resultados por natureza

Valores expressos em euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31-12-2022	31-12-2021
Impostos e taxas	14	212.188,92	259.464,12
Vendas	13	30.129,00	7,32
Prestações de serviços	13	1.037.088,82	543.407,47
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	4.997.493,69	5.454.857,81
Fornecimentos e serviços externos	26	(3.760.102,79)	(4.715.264,74)
Gastos com pessoal	19	(1.754.142,16)	(1.649.811,80)
Transferências e subsídios concedidos	24	(67.682,43)	(104.326,39)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	18	-	13.935,64
Provisões (aumentos/ reduções)	15	(20.585,22)	(65.629,94)
Outros rendimentos e ganhos	27	69.714,70	42.544,86
Outros gastos e perdas	28	(1.665,20)	(25.637,42)
Resultado antes de depreciações e gastos financeiros		742.437,33	(246.453,07)
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	29	(168.267,69)	(180.512,53)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		574.169,64	(426.965,60)
Resultado antes de imposto		574.169,64	(426.965,60)
Resultado líquido do exercício		574.169,64	(426.965,60)

O Vogal do Pelouro da Finança
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



Demonstração das alterações no património líquido

Valores expressos em euros

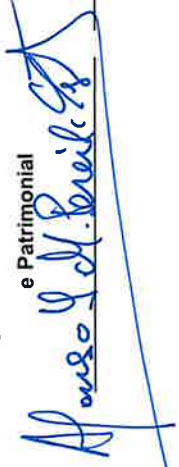
Descrição	Notas	Património Realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Total do património líquido
A 1 de janeiro de 2021		517.831,71	70.415,40	142.862,25	367.165,12	(763.931,78)	334.332,70	334.332,70
Alterações no período	25	-	-	(763.931,78)	-	763.931,78	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	763.931,78	-	-
Resultado integral	25	-	-	(763.931,78)	-	(426.965,60)	(426.965,60)	(426.965,60)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	(24.670,87)	-	(24.670,87)	(24.670,87)
A 31 de dezembro de 2021	25	517.831,71	70.415,40	(621.069,53)	342.484,25	(426.965,60)	(117.303,77)	(117.303,77)
A 1 de janeiro de 2022		517.831,71	70.415,40	(621.069,53)	342.484,25	(426.965,60)	(117.303,77)	(117.303,77)
Alterações no período	25	-	-	(426.965,60)	-	426.965,60	(0,00)	(0,00)
Resultado líquido do período		-	-	-	-	574.169,64	574.169,64	574.169,64
Resultado integral	25	-	-	(426.965,60)	-	1.001.135,24	574.169,64	574.169,64
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	(24.670,86)	-	(24.670,86)	(24.670,86)
A 31 de dezembro de 2022	25	517.831,71	70.415,40	(1.048.035,13)	317.813,39	574.169,64	432.195,01	432.195,01

O Vogal do Pelouro da Financeira

e Patrimonial

O Presidente

O Contabilista Certificado

 Augusto L. M. Pereira

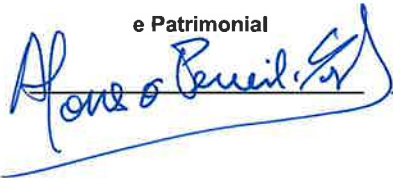
 Carlos André

 Hugo Gonçalves

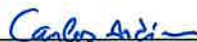
Demonstração de fluxos de caixa

	Valores expressos em euros		
	Notas	31-12-2022	31-12-2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 048 257,02	512 839,73
Recebimentos de contribuintes		102 971,89	101 407,53
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5 217 584,54	5 258 221,34
Recebimentos de utentes		165 209,29	116 777,17
Pagamentos a fornecedores		(3 719 063,21)	(4 413 535,33)
Pagamentos ao pessoal		(1 635 492,91)	(1 543 636,83)
Caixa gerada pelas operações		1.179.446,62	32.073,61
Outros recebimentos/pagamentos		(153 822,45)	(215 871,78)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		1.025.624,17	(183.798,17)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(26 213,60)	(151 504,97)
Ativos intangíveis		(6 327,42)	(10 226,55)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(32.541,02)	(161.731,52)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes		993.083,15	(345.529,69)
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		538 116,51	883 646,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.531.199,66	538.116,51
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		538.116,51	883 646,20
Equivalentes a caixa no início do período		-	-
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da gerência anterior		538 116,51	883 646,20
De execução orçamental		534 749,08	879 501,02
De operações de tesouraria		3 367,43	4 145,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.531.199,66	538 116,51
Equivalentes a caixa no fim do período		-	-
Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo da gerência anterior		1 531.199,66	538 116,51
De execução orçamental		1 472.452,59	534 749,08
De operações de tesouraria		58 747,07	3 367,43

O Vogal do Pelouro da Financeira
e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado



Anexo às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade, período de relato:

- a) **Designação da entidade:** Junta de Freguesia do Parque das Nações
- b) **Endereço:** Alameda dos Oceanos, nº37B 1990-203 Lisboa
- c) **Tutela:** Ministério das Finanças
- d) **Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:**
 - a. Devido ao processo de Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa, Lei nº 56/2012, de 8 de novembro, e através da sua primeira alteração ocorrida na Lei nº 85/2015 de 7 de agosto, decorreu a criação da Freguesia do Parque das Nações;
 - b. O regime financeiro da Junta de Freguesia do Parque das Nações é o consagrado pela Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro bem como contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.
 - c. O sector local está sujeito aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei nº 151/2015 de 11 de setembro, alterada pela Lei nº 41/2020, de 18 de agosto.
 - d. A Junta de Freguesia, rege-se ainda, pelas suas normas e regulamentos.
- e) **Designação e sede da entidade que controla final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:** Não aplicável. A Junta de Freguesia não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.
- f) **Designação e sede da entidade que controla intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:** Não aplicável. A Junta de Freguesia não apresenta demonstrações consolidadas apenas individuais, pelo que todos os documentos podem ser obtidos na entidade e morada descritos anteriormente.

As demonstrações financeiras e orçamentais anexas são apresentadas em Euros, respeitantes ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 e 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021.

Handwritten signature and initials in blue ink, located at the bottom right of the page.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As Demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis ou significativas à compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o SNC - AP, com exceção do estabelecido na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, a qual ainda não foi implementada.

As Demonstrações financeiras foram preparadas de forma a garantir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, alterações, performance e fluxos de caixa da Junta de Freguesia.

Não existiu, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que tivessem implicações diretas na derrogação de qualquer disposição prevista no SNC - AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que colocasse em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do exercício anterior na sua totalidade.

c) Saldo de caixa e seus equivalentes não disponível para uso.

Não aplicável.

d) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A rubrica “caixa e seus equivalentes” inclui numerário e depósitos bancários à ordem.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe de caixa e depósitos bancários era o seguinte:

Rubricas	Euros	
	2022	2021
Caixa	311,90	450,76
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	1.530.887,76	537.665,75
Depósitos Bancários	1.530.887,76	537.665,75
Total de caixa e depósitos	1.531.199,66	538.116,51

A Freguesia possui cauções recebidas de terceiros no valor de 58.747,07 euros que limitam a utilização das verbas em depósitos, conforme refletido na Nota 18.



2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras da Junta de Freguesia do Parque das Nações foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que se descrevem *infra*. A sua aplicação foi consistente ao longo do período apresentado, salvo indicação em contrário.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na Nota 2.3 – “Julgamentos”.

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação as demonstrações financeiras

i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende: o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos; quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Junta de Freguesia do Parque das Nações.

A Junta de Freguesia procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Ativos intangíveis

A Junta de Freguesia reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, que seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Junta e que o seu custo possa ser fielmente mensurado.

A
yf CA

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que eventos ou circunstâncias indiciem que o valor contabilístico excede o valor recuperável, a Junta de Freguesia procede a testes de imparidade, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os gastos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

iii) Ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e passivos exigíveis a mais de um ano, a contar com a data de balanço, devem ser classificados como ativos e passivos não correntes.

iv) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam, sendo o reconhecimento efetuado pelo seu justo valor. As contas não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'perdas de imparidade acumuladas', de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existirem indicadores objetivos que a Junta de Freguesia do Parque das Nações não irá receber todos os montantes a que tem direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor; processo em execução fiscal.

Quando se verificar uma diminuição ou eliminação dos indicadores de imparidade, procede-se à reversão da perda por imparidade.

v) Passivos financeiros

A classificação dos passivos financeiros é efetuada de acordo com a substância contratual, sendo independente da forma legal que assuma. Os passivos financeiros que constituem contas a pagar a fornecedores e outros credores são registados ao justo valor.



vi) **Outras contas a receber**

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

vii) **Caixa e depósitos**

A caixa e depósitos engloba o dinheiro em caixa e depósitos à ordem altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

viii) **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Junta de Freguesia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

ix) **Passivos contingentes e ativos contingentes**

Ao contrário das provisões, os passivos contingentes e os ativos contingentes são obrigações/direitos originários de acontecimentos passados cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou vários acontecimentos futuros que não se encontram totalmente sob o controlo da Junta de Freguesia. Assim, estes não devem ser reconhecidos contabilisticamente, mas apenas divulgados pela Junta de Freguesia, porque: no que respeita aos passivos contingentes, não é provável a exigência futura de exfluxos de recursos que originem benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação; quanto aos ativos contingentes, há a possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço



à Junta, no entanto, poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados.

x) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

xi) Locações

As locações de ativos, relativamente às quais a Junta de Freguesia detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

De acordo com o normativo, a Junta de Freguesia optou por alocar a locação na rubrica de Fornecedores de Investimento.

xii) Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

xiii) Rendimentos de transações sem contraprestação

A Freguesia reconhece o rendimento de transações sem contraprestação, na sua generalidade, no momento do direito a receber. No que respeita às transferências efetuadas, antes do acordo se tornar vinculativo, os recursos são reconhecidos como passivos – adiantamento - até que ocorra o acontecimento que torna o acordo vinculativo e sejam preenchidas todas as outras condições para efeitos de eliminação do passivo e respetivo reconhecimento do rendimento.

2.2. Outras Políticas Contabilísticas Relevantes

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Junta de Freguesia estão mensurados em Euros. Como tal, as demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em Euros, salvo indicação explícita em contrário.



ii) Regime do Acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio do acréscimo, isto é, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

iii) Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido, ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

iv) Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

v) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados na Nota 17.

2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras;

Nada a referir.



2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

Nada a referir.

2.5. Quando a aplicação inicial de uma NCP tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros;

Nada a referir.

2.6. Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte);

Nada a referir.

2.7. Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros;

Nada a referir.

2.8. Erros materiais de períodos anteriores

Nada a referir.

3. Ativos intangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril, no que respeita aos bens adquiridos até 31/12/2019. A depreciação dos bens adquiridos em 2020 tem por referência as taxas de depreciação previstas no CC 2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro:

	Número de anos
Programas de Computador	1 a 3



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Valores expressos em Euros					
	Quantia bruta	Início do período Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Final do período Amortizações Acumuladas	Quantia escriturada
Ativos Intangíveis						
Programas de computador e sistemas de informação	158.913,92	(135.377,29)	23.536,63	165.241,34	(148.402,51)	16.838,83
Total de Ativos Intangíveis	158.913,92	(135.377,29)	23.536,63	165.241,34	(148.402,51)	16.838,83

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2022 estão detalhados da seguinte forma:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Valores expressos em Euros		Quantia escriturada final
		Variações Adições	Amortizações do período	
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	23.536,63	6.327,42	(13.025,22)	16.838,83
Total de Ativos Intangíveis	23.536,63	6.327,42	(13.025,22)	16.838,83

O detalhe de adições de ativos intangíveis no período de 2022 é como segue:

ATIVOS INTANGÍVEIS	Valores expressos em Euros			
	Internas	Adições Compra	Locação financeira	TOTAL
Ativos Intangíveis				
Programas de computador e sistemas de informação	-	6.327,42	-	6.327,42
Total	-	6.327,42	-	6.327,42

Durante o exercício de 2022 não existiram diminuições de ativos intangíveis.

Dentro desta classificação existem ativos intangíveis (licenças e softwares de informática), no montante de 124.617,65 euros, totalmente amortizados que ainda estão em uso.

4. Acordos de concessão de serviços: Concedentes

Nada a referir.

5. Ativos fixos tangíveis

Depreciações - Enquadramento genérico

Perante a transição do POCAL para o SNC-AP, optou-se pela aplicação das taxas de depreciação previstas no CIBE, aprovado pela Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril, no que respeita aos bens adquiridos até 31/12/2019. A depreciação dos bens adquiridos em 2020 tem por referência as

Handwritten signature and initials.

taxas de depreciação previstas no CC 2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	
Edifícios e construções com finalidade sociocultural	8
Equipamento básico	
Equipamento informático e de telecomunicações	4
Equipamento e material específico dos serviços de saúde	5 a 7
Equipamento e material recreativo, desportivo, de educação e de cultura	4 a 20
Equipamento e material para serviços de alimentação, roupa e lavanderia	4 a 8
Equipamento para agricultura, pesca e jardinagem	5 a 7
Equipamento e material de apoio à produção	1 a 10
Equipamento militar, de segurança e defesa	4 a 5
Equipamento de transporte	
Transportes rodoviários	4 a 10
Outros	4
Equipamento administrativo	
Equipamento informático e de telecomunicações	1 a 8
Equipamento de escritório e de reprografia	5 a 8
Mobiliário de escritório e de arquivo	8
Outros	1 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	
Equipamento de oficina e reparações	4 a 8
Equipamento de decoração e conforto, de utilização comum	5 a 10

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Rubricas	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Património histórico, artístico e cultural	72 080,00	-	72 080,00	72 080,00	-	72 080,00
Sub-total	72.080,00	-	72.080,00	72.080,00	-	72.080,00
Ativos fixos tangíveis						
Edifícios e outras construções	74 864,31	(48 575,08)	26 289,23	74 864,31	(57 933,11)	16 931,20
Equipamento básico	493 153,44	(121 742,76)	371 410,68	504 960,75	(157 013,57)	347 947,18
Equipamento de transporte	301 283,19	(106 115,78)	195 167,41	301 283,19	(146 258,62)	155 024,57
Equipamento administrativo	307 116,96	(183 741,72)	123 375,24	317 603,06	(216 099,91)	101 503,15
Outros ativos fixos tangíveis	348 823,81	(220 022,50)	128 801,31	352 744,00	(258 135,10)	94 608,90
Sub-total	1.525.241,71	(580.197,84)	845.043,87	1.551.455,31	(835.440,31)	716.015,00
Total de Ativos Fixos Tangíveis	1.597.321,71	(580.197,84)	917.123,87	1.623.535,31	(835.440,31)	788.095,00

O saldo da rubrica de “Património histórico, artístico e cultural” refere-se na sua totalidade a obras de arte.

O saldo da rubrica de “Edifícios e outras construções” refere-se, essencialmente, a viadutos, parques, sinalização e outras infraestruturas.

O saldo da rubrica “Equipamento Básico” refere-se a equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para garantir o objetivo da Junta de Freguesia no apoio às várias áreas, como Espaço Público, Educação, Ação Social. Nesta rubrica encontra-se também os bens relacionados com o

Handwritten signature and initials.

Monobloco (Bem com n.º 3664, n.º 909, n.º 1037 e n.º 3906 de inventário) sito na Rua Professor Picard, referenciado na Nota 24 do presente anexo.

O saldo da rubrica “Equipamento de Transporte” é referente às viaturas adquiridas nos últimos 3 anos.

A rubrica “Equipamento administrativo” assenta sobre todo o material de escritório colocado à disposição dos colaboradores da Junta nos vários espaços geridos pela mesma.

Os movimentos desta rubrica durante o período de 2022 estão detalhados da seguinte forma:

				Valores expressos em Euros
Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Depreciações do período	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	72.080,00	-	-	72.080,00
Sub-total	72.080,00	-	-	72.080,00
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	26.289,23	-	(9.358,03)	16.931,20
Equipamento básico	371.410,68	11.807,31	(35.270,81)	347.947,18
Equipamento de transporte	195.167,41	-	(40.142,84)	155.024,57
Equipamento administrativo	123.375,24	10.486,10	(32.358,19)	101.503,15
Outros ativos fixos tangíveis	128.801,31	3.920,19	(38.112,60)	94.608,90
Sub-total	845.043,87	26.213,60	(155.242,47)	716.015,00
Total de Ativos Fixos Tangíveis	917.123,87	26.213,60	(155.242,47)	788.095,00

O detalhe de adições de ativos fixos tangíveis no período de 2022 é como segue:

Valores expressos em Euros

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições			TOTAL
	Internas	Compra	Locação financeira	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Património histórico, artístico e cultural	-	-	-	-
Sub-total	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis				
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	11.807,28	-	11.807,28
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	10.486,13	-	10.486,13
Outros ativos fixos tangíveis	-	3.920,19	-	3.920,19
Sub-total	-	26.213,60	-	26.213,60
Total	-	26.213,60	-	26.213,60

Entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, não existiram diminuições de ativos fixos tangíveis.

Dentro desta classificação existem ativos fixos tangíveis, no montante de 277.494,40 euros, totalmente depreciados que ainda estão em uso, nomeadamente equipamento administrativo, de transporte, entre outros itens residuais.

A
H CA

6. Locações

- **Locações Financeiras**

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Freguesia não tem em vigor nenhum contrato relacionado com locações financeiras.

- **Locações Operacionais**

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Freguesia não tem em vigor nenhum contrato relacionado com locações operacionais.

7. Custos de empréstimos obtidos

Nada a referir.

8. Propriedades de investimento

Nada a referir.

9. Ativos não correntes e não financeiros

Nada a referir.

10. Inventários

Nada a referir.

11. Agricultura

Nada a referir.

12. Contratos de construção

Nada a referir.

13. Rendimento de transações com contraprestação

Durante o período de 2022, a Junta de Freguesia registou rendimentos provenientes das seguintes transações e acontecimentos com contraprestação:

a) Prestação de serviços: é reconhecido como rendimento, quando pode ser estimado com fiabilidade e com referência à fase de acabamento da transação. As transações são estimadas com fiabilidade quando satisfazem as seguintes condições: a quantia de



rendimento pode ser mensurada com fiabilidade; fluam benefícios económicos ou potencial de serviços associados à transação; quando a fase de acabamento, à data de relato, possa ser mensurada com fiabilidade; e, os custos suportados com a transação possam também ser mensurados com fiabilidade.

b) Venda de bens: o rendimento proveniente deste, deve ser reconhecido quando estiverem satisfeitas as seguintes condições: os riscos e vantagens da propriedade e controlo de bens esteja transferida para o comprador; a Junta de Freguesia não esteja envolvida na gestão, nem possua um controlo efetivo sobre a propriedade e bens vendidos; a quantia do rendimento possa ser mensurada com fiabilidade; surjam benefícios económicos ou potenciais associados à transação fluam para a Junta de Freguesia; e, os gastos suportados ou a suportar relativos à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

	Euros	
	2022	2021
Prestações de serviços	1.037.088,82	543.407,47
Vendas	30.129,00	7,32
Total de Rendimentos de Transações com contraprestação	1.067.217,82	543.414,79

A 31 de dezembro de 2022, aumento visível tanto no volume de prestações de serviços como no volume de vendas. Isto deve-se essencialmente à piscina, refeições escolares, às atividades tempos livre, jardins de infância e creches e, ainda, à abertura temporária de pilaretes amovíveis, à retirada e colocação de pilaretes fixos assim como ao fornecimento de pilaretes amovíveis.

14. Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação resultam de recebimentos de outras entidades sem dar em troca um valor aproximadamente igual, ou a entrega de valor por parte de outra entidade sem receber valor em troca.

CA
ff

No período findo de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Junta de Freguesia apresenta na rubrica de rendimentos de transações sem contraprestação, a seguinte decomposição:

	Euros	
	2022	2021
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	226.130,00	206.975,00
DGAL - Estatuto Remuneratório	34.593,52	34.108,02
IEFP - Programas de Apoio ao Emprego	13.315,21	15.049,32
DGEstE - Assistentes Operacionais	96.640,20	116.899,71
Delegação de Competências - Lei 56/2012	3.628.949,00	3.594.611,00
Programas CAF e AAAF	47.532,09	104.328,05
AEC's - Escola Infante D. Henrique	29.552,34	47.319,82
Projeto Refeições Escolares Saudáveis	359.556,91	66.076,50
Contrato Interadministrativo de Cooperação - Higiene Urbana	138.089,31	234.000,00
Recenseamento/Atos Eleitorais	7.367,69	10.702,50
Fundo Emergência Social	-	81.338,86
Delegação Competências CML - Ecopontos (Recolha Resíduos Sólidos)	100.000,00	103.095,01
Outras Transferências CML	11.176,43	28.975,00
Delegação Competências CML 2019/2021 - Manutenção e Regeneração Espaço Pú	6.397,32	6.397,32
Delegação Competências CML 2019/2021 - Bairro 100% Seguro	27.336,75	133.582,72
Delegação Competências CML 2019/2021 - Equipamentos Desportivos	-	128.020,60
Delegação Competências CML 2019/2021 - Requalificação de Equipamentos	-	185.662,80
Acalmia do Tráfego	-	34.000,00
Orçamento Participativo - Passeio do Neptuno	60.000,00	60.000,00
CDC Complementar 2021	114.446,92	150.063,08
AEC's - Atividades Extra Curriculares	76.410,00	33.652,50
Orçamento Participativo - Parque Calisténico	-	80.000,00
Fundo Ambiental Aviso nº 10096/2021	20.000,00	-
Total de Rendimentos de Transações sem contraprestação	4.997.493,69	5.454.857,81

No quadro infra, é apresentado com maior detalhe estes rendimentos relativos ao ano de 2022:

Tipo de transação sem contraprestação	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	2022		2022		
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	103 310,97	-	-	760,73	-
Taxas					
Ocupação da via pública	45 901,84	-	-	-	-
Canídeos	967,29	-	-	-	-
Publicidade	84 169,22	-	-	-	-
Emolumentos e Taxas Secretaria	6 864,90	-	-	-	-
Outras taxas específicas da autarquias locais	(29 524,30)	-	-	-	-
Multas e outras penalidades	500,00	-	-	-	-
Transferência sem condição					
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)	226 130,00	-	-	-	-
DGAL - Estatuto Remuneratório	34 593,52	-	-	-	-
IEFP - Programas de Apoio ao Emprego	13 315,21	-	-	3 390,48	-
DGEstE - Assistentes Operacionais	96 640,20	-	-	3 803,07	-
Delegação de Competências - Lei 56/2012	3 628 949,00	-	-	-	-
Programas CAF e AAAF	47 532,09	-	6 700,13	(6 700,13)	-
AEC S - Escola Infante D. Henrique	29 552,34	-	-	-	-
Projecto Refeições Escolares Saudáveis	359 556,91	-	-	-	-
Contrato Interadministrativo de Cooperação - Higiene Urbana	138 089,31	-	117 000,00	(117 000,00)	-
Recenseamento/Atos Eleitorais	7 367,69	-	-	-	-
Fundo Emergência Social	-	-	-	-	11 692,25
Delegação Competências CML - Ecopontos (Recolha Resíduos Sólidos)	100 000,00	-	-	-	-
Outras Transferências CML	11 176,43	-	-	-	-
Delegação Competências CML 2019/2021 - Bairro 100% Seguro e outros	33 734,07	-	-	-	530 025,97
Orçamento Participativo - Passeio do Neptuno	60 000,00	-	60 000,00	(60 000,00)	-
CDC Complementar 2021	114 446,92	-	36 863,08	(36 863,08)	72 561,43
AEC'S - Atividades Extra Curriculares	76 410,00	-	4 245,00	(4 245,00)	-
AEC's 2022/2023	-	-	-	-	4 642,50
Orçamento Participativo - Casa destinada a mães (Pós-parto)	-	-	-	-	320 000,00
Orçamento Participativo - Centro comunitário	-	-	-	-	60 000,00
Orçamento Participativo - Caixa de artes	-	-	-	-	40 000,00
Orçamento Participativo - Parque Calisténico	-	-	-	48 000,00	-
Fundo Ambiental Aviso nº 10096/2021	20 000,00	-	48 000,00	(48 000,00)	-
Total	5 209 662,61	-	272 808,21	(216 853,93)	1 109 905,85

Em ambos os períodos, destacam-se nesta rubrica a receita auferida por via do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), e da cobrança de taxas de Publicidade e a Ocupação da Via Pública.

Os valores de Ocupação da Via Pública e Publicidade refletem o impacto da implementação dos múltiplos Estados de Emergência, devido ao fecho do comércio local e pela isenção concedida aos contribuintes de pagamento das taxas correspondentes.

Adicionalmente, o montante de 602.587,40 euros, referente à “Delegação Competências CML 2019/2021 - Bairro 100% Seguro e outros” e ao “CDC Complementar 2021”, aguarda a confirmação das condições a cargo do município de Lisboa.

Rendas pagas sem contraprestação

Em novembro de 2020, a Junta mudou-se para a nova Sede, sendo que os encargos com o aluguer deste novo edifício são suportados pela Câmara Municipal de Lisboa.

15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Junta de Freguesia do Parque das Nações, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta o seguinte registo de provisões:

RUBRICAS	Valores expressos em Euros								
	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Total aumentos	Diminuições			Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos		Utilizações	Reversões	Outras diminuições	
Impostos, contribuições e taxas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias a clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Processos judiciais em curso	45 808,55	-	-	-	-	-	-	-	45 808,55
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos onerosos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reestruturação e reorganização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras provisões	54 644,40	20 585,22	-	-	20 585,22	-	-	-	75 229,62
Total das provisões	100.262,95	20.585,22	-	-	20.585,22	-	-	-	120.838,17

O valor registado na alínea “outras provisões” diz respeito à adenda faturada pelo fornecedor Ecoambiente, assinada pelo anterior executivo que foi alvo de validação e verificação do Tribunal de Contas que não reconheceu a sua legalidade, pelo que a Junta de Freguesia não irá proceder ao pagamento do valor em causa.

Os processos judiciais em curso dizem respeito a:

- Proc. 1162/18.6BELSB - pedido de indemnização com fundamento na decisão de rescisão do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Autora e a Freguesia do Parque das Nações.
- Proc. 2260/18.1BELSB - pedido de indemnização com fundamento na ocorrência de um sinistro em zona pedonal, de competência institucional conjunta da Freguesia do Parque das Nações e do Município de Lisboa.
- Proc. 2134/21.9BEBLS – pedido de indemnização com fundamento na (GALP) ...pedido de pagamento de faturas que a Junta não reconhece estar em dívida tendo em conta que não reconhece a validade do contrato em causa. Autor: Galp Power.

[Handwritten signature and initials]

A quantia escriturada final em 2022 relacionada com os processos acima referidos tem por base a melhor estimativa de perda à data de relato.

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Nada a referir.

17. Acontecimentos após a data de relato

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão no 13 de abril de 2023 pela Assembleia de Freguesia.

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos mensurados ao custo amortizado menos perdas de imparidade expressam os valores a seguir apresentados:

• Ativos financeiros

Rubricas	Quantia escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões por perdas de imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade acumuladas	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado									
Clientes e clientes	154 474,88	-	-	(57,00)	52 080,08	-	-	(8 502,30)	106 975,67
Ouros cortas a receber	301 321,02	-	-	-	(211 782,30)	-	-	-	89 538,72
Casa e Depósitos bancários	537 666,75	-	-	-	-	-	-	-	537 666,75
Total	993 462,65	-	-	(57,00)	(159 702,22)	-	-	(8 502,30)	825 203,13

Foi constituída uma imparidade sobre os montantes de dívidas de clientes, uma vez que se afigura uma difícil recuperação dos mesmos, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela Junta de Freguesia para o efeito.

Ao longo de 2022, derivado dos esforços acima referidos, foi conseguido recuperar dívida que já tinha sido constituída a sua imparidade, face ao exposto, foi registado em resultados do ano uma reversão de imparidade no montante de 57,00 euros.

Adicionalmente, relativamente ao processo judicial com a Altice Arena que foi perdido em 2021 e que a dívida estava registada com imparidade total criada, foi realizada a regularização da dívida correspondente e utilizado o valor total da imparidade.

A
Hf CA

Na tabela abaixo é apresentado com maior detalhe os montantes inscritos na rubrica de Perdas por Imparidade:

RUBRICAS	Quantia escriturada Inicial	Valores expressos em Euros								Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Diminuições Outras diminuições	Total diminuições	
Imparidade de dívidas a receber	9 559,30	-	-	-	-	-	-	57,00	57,00	9 502,30
Total de Perdas por Imparidades	9 559,30	-	-	-	-	-	-	57,00	57,00	9 502,30

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe da rubrica outras contas a receber é a seguinte:

	Euros			
	2022		2021	
	Valor Bruto		Valor Bruto	
	Corrente	Valor Liquido	Corrente	Valor Liquido
Acréscimos de Rendimentos	55.954,28	55.954,28	300.627,27	300.627,27
Cauções	693,75	693,75	693,75	693,75
Total de outras contas a receber	56.648,03	56.648,03	301.321,02	301.321,02

O montante de 55.954,28 euros presente na rubrica de “acréscimos de rendimentos” diz respeito a verbas que se encontram por receber decorrentes de contratos de delegação de competências assinados entre a CML e a Freguesia, cuja despesa foi realizado no decorrer do exercício de 2022.

• Passivos financeiros

A 31 de dezembro de 2022, o detalhe dos passivos financeiros é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições		Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Perdas de justo valor	Outros	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Credores por transferências e subsídios concedidos	-	-	-	8 460,00	-	-	8 460,00
Fornecedores	252 039,89	191 052,06	-	-	-	-	443 091,95
Outras contas a pagar	476 164,22	-	-	(107 614,91)	-	-	368 549,31
Estado e outros entes públicos	47 003,98	-	-	11 773,30	-	-	58 777,28
Total	775.208,09	191.052,06	-	(87.381,61)	-	-	878.878,54

O saldo constante na rubrica de Fornecedores no período em análise refere-se a faturas em receção e conferência que só foram efetivamente pagas em 2022 devido à sua receção tardia.

A rubrica de outras contas a pagar, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresenta a seguinte decomposição:

	Euros			
	2022		2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar	192 065,61	-	198 978,94	-
Outros acréscimos de gastos	116.927,02	-	228 074,46	-
Cauções	16 841,13	42 599,69	16 270,03	42 599,69
Outros devedores	115,86	-	241,10	-
Total de outras contas a pagar	325.949,62	42.599,69	433.564,53	42.599,69

(Handwritten signatures and initials)

A alínea “Remunerações a liquidar” engloba o montante de férias e subsídio de férias a pagar em 2023, cujo direito foi adquirido pelos colaboradores em 2022. Os 116.407,86 euros presentes na rubrica “outros acréscimos de gastos” dizem respeito a gastos da atividade corrente cujas faturas ainda não estão em posse da Freguesia, mas que dizem respeito ao ano de 2022.

Estado e outros entes públicos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Junta de Freguesia dos anos de 2018 a 2022 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Os saldos devedores e credores desta rubrica a 31 de dezembro de 2022 e 2021 detalham-se da seguinte forma:

	Euros	
	2022	2021
	Credor	Credor
IRS Dependentes	9.187,00	8.746,00
IRS Independentes	3.652,15	4.415,13
Contribuições para a CGA	10.410,26	11.187,62
Contribuições para a Segurança Social	18.760,63	17.133,17
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.389,40	3.078,59
Outras retenções	-	30,91
Subsistemas de saúde - ADSE		
Pessoal	2.377,84	2.412,56
Total de Estado e Outros Entes Públicos	58.777,28	47.003,98

19. Benefícios dos empregados

Os “Gastos com pessoal” no período findo de 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram os seguintes:

	Euros	
	2022	2021
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	28.075,40	42.881,66
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	1.006,14	989,78
Remunerações do pessoal	1.272.476,65	1.173.165,46
Encargos sobre remunerações	319.385,33	293.522,37
Seguros com o pessoal	28.985,40	29.002,68
Outros gastos com o pessoal	51.450,99	51.778,94
Outros encargos sociais	52.762,25	58.470,91
Total de gastos com pessoal	1.754.142,16	1.649.811,80

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, rubrica referente a “Remunerações do pessoal” representa, respetivamente, 73% e 71% do total da rubrica referente a gastos com o pessoal.

(Handwritten signature and initials)

20. Divulgações de partes relacionadas

Salientamos a ligação que a Junta de Freguesia tem com a Câmara Municipal de Lisboa, quer pelo processo de Reorganização Administrativa da Cidade de Lisboa que ocorreu no passado, quer pelos diversos contratos de delegação de competências, assinados entre ambas as partes, realizados ao longo dos exercícios económicos.

Também salientamos os esforços de cooperação entre as partes para apoiar a população no decorrer da Pandemia.

20.6. Remuneração dos órgãos autárquicos

- Presidente -Carlos Francisco de Almeida Ardisson Domingos- Morada: Rua de Moscavide, 4 3.ºB 1990-160 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2022 a 31-12-2022; Remuneração anual líquida auferida: 22.871,40 euros;
- Vogal Secretária - Florbela da Conceição Loureiro Morais – Morada: Rua do Ganges, 4 7.º D 1990-356 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2022 a 31-12-2022; Remuneração anual líquida auferida: 2.965,44 euros;
- Vogal Tesoureiro –Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Morada: Rua Conselheiro Lopo Vaz, 42 12.º Dto 1800-142 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2022 a 31-12-2022; Remuneração anual líquida auferida: 2.965,44 euros;
- Vogal –João Paulo da Gama Leite de Barros da Rocha Castro, Morada: Alameda dos Oceanos, 94, 9.º A 1990-238 Lisboa; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2022 a 31-12-2022; Remuneração anual líquida auferida: 1.012,67 euros;
- Vogal - Olga Maria Rodrigues Domingos Perosa de Lima, Morada: Rua Estrada da Índia, 32 5.º Esq. 2685-002 Sacavém; Período de responsabilidade do ano: 01-01-2022 a 31-12-2022; Remuneração anual líquida auferida: 1.034,29 euros.

21. Relato por segmentos

Nada a divulgar.

22. Interesses em outras entidades

Nada a divulgar.

Outras Divulgações

23. Diferimentos

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de Diferimentos, Ativo e Passivo, decompõem-se como se segue:

	Euros	
	2022	2021
	Corrente	Corrente
Outros gastos a reconhecer	2.966,97	6.192,26
Total de diferimentos - Ativo	2.966,97	6.192,26

A rubrica “Outros gastos a reconhecer” é referente aos seguros pagos em 2021, mas com efeitos até 2022.

	Euros	
	2022	2021
	Corrente	Corrente
Outros rendimentos a reconhecer	1.160.812,44	1.173.048,60
Total de diferimentos - Passivo	1.160.812,44	1.173.048,60

O saldo da rubrica “Outros rendimentos a reconhecer” é composto por transferências recebidas por parte da Câmara Municipal de Lisboa, para a realização dos projetos de Delegação de Competências, Orçamento Participativo e o Fundo de Emergência Social, cuja despesa será executada durante os exercícios seguintes a 2022.

24. Transferências e Subsídios Concedidos

O detalhe da rubrica “Transferências e Subsídios Concedidos” a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2022	2021
Instituições sem Fins Lucrativos	48.140,00	51.000,00
Famílias	19.542,43	53.326,39
Total de Transferência e Subsídios Concedidos	67.682,43	104.326,39



25. Património/Capital

O Património Líquido da Junta de Freguesia, a 31 de dezembro de 2022, encontra-se detalhado da seguinte forma:

RUBRICAS	Euros 2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Património/ Capital	517.831,71	-	-	517.831,71
Reservas				
Reservas legais	70.415,40	-	-	70.415,40
Resultados transitados	(621.069,53)	(426.965,60)	-	(1.048.035,13)
Resultado líquido do período				
Ano 2021	(426.965,60)	-	426.965,60	-
Ano 2022	-	574.169,64	-	574.169,64
Outras variações no Património Líquido	342.484,25	-	(24.670,86)	317.813,39
Total do Património/Capital	(117.303,77)	147.204,04	402.294,74	432.195,01

De acordo com a ata de aprovação de contas, datada de 14 de abril de 2023, foi deliberada a incorporação do Resultado líquido positivo do período de 2022, no montante de 574.169,64 euros, na rubrica de Resultados transitados.

d
ff G

26. Fornecimentos e serviços externos

No período de 2022, o detalhe da rubrica os Fornecimentos e Serviços Externos é a seguinte:

	Euros	
	2022	2021
Subcontratos e concessões de serviços	206.998,86	204.378,77
Trabalhos Especializados	1.448.850,42	2.169.989,72
Publicidade, comunicação e imagem	28.848,36	32.368,27
Vigilância e segurança	7.731,78	8.372,52
Comissões	19.071,74	9.308,87
Conservação e reparação	610.002,20	748.374,71
Serviços especializados	2.321.503,36	3.172.792,86
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.397,53	13.284,23
Material de escritório	3.838,54	3.256,94
Artigos para oferta	273,28	-
Material de educação, cultura e recreio	9.758,13	25.671,52
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	22.328,13	12.201,39
Livros e documentação técnica	23,47	1.020,19
Produtos químicos e de laboratórios	124,06	8.783,00
Outros materiais diversos de consumo	27.722,25	74.438,94
Materiais de consumo	74.465,39	138.656,21
Electricidade	101.670,77	78.843,01
Combustíveis e lubrificantes	152.558,04	38.984,12
Água	30.115,72	46.154,67
Energia e fluidos	284.344,53	163.981,80
Deslocações e estadas	90.989,13	7.154,25
Deslocações, estadas e transportes	90.989,13	7.154,25
Comunicação	57.667,01	61.028,73
Seguros	21.205,84	19.559,40
Limpeza, higiene e conforto	887.103,26	1.110.618,49
Outros serviços	22.824,27	41.473,00
Serviços diversos	988.800,38	1.232.679,62
Total de fornecimentos e serviços externos	3.760.102,79	4.715.264,74

Comparativamente a 2021, o ano de relato apresenta uma diminuição de cerca de 20% de gastos, relacionados com a atividade corrente da Junta de Freguesia.

27. Outros rendimentos e ganhos

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos” a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2022	2021
Outros rendimentos suplementares	-	99,46
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	24.670,86	24.670,87
Correções relativas a períodos anteriores	14.092,84	106,51
Outros rendimentos	30.951,00	17.668,02
Total de outros rendimentos e ganhos	69.714,70	42.544,86



O montante presente na rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos” diz respeito ao rendimento assumido anualmente relacionado com o contrato de delegações e competências realizado entre a Junta de Freguesia do Parque das Nações e a Câmara Municipal de Lisboa, respeitante à construção do Monobloco referido na nota 5.

Na rubrica “Outros rendimentos” estão contemplados, maioritariamente, os reembolsos dos seguros relacionados com os danos efetuados na via pública.

28.Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica “Outros gastos e perdas” a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2022	2021
Outros impostos indiretos	-	10.268,96
Taxas	204,00	-
Correções relativas a períodos anteriores	104,42	13.796,00
Quotizações	1.356,78	1.241,85
Outros gastos	-	330,61
Total de outros gastos e perdas	1.665,20	25.637,42

29.Gastos ou reversões de depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica “Gastos ou reversões de depreciações e amortizações” a 31 de dezembro de 2022 e 2021, é apresentado no quadro seguinte:

	Euros	
	2022	2021
Edifícios e outras construções	9.358,03	9.358,03
Equipamento básico	35.270,81	32.562,53
Equipamento de transporte	40.142,84	40.142,84
Equipamento administrativo	32.358,19	35.087,93
Outros ativos fixos tangíveis	38.112,60	38.646,23
Total de depreciação em Ativos Fixos Tangíveis	155.242,47	155.797,56
Programas de computador e sistemas de informação	13.025,22	24.714,97
Total de amortização em Ativos Intangíveis	13.025,22	24.714,97
Total de gastos de depreciação e amortização	168.267,69	180.512,53



• Anexo às Demonstrações Orçamentais

21. Alterações Orçamentais da Receita

Ao longo de 2022, foram realizadas treze alterações orçamentais e duas revisões orçamentais que resultaram numa diminuição de 890.321,50 euros da previsão inicial, conforme exposto no quadro infra:

Rúbrica	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforço	Diminuições/Anulações	Previsões Corrigidas
Impostos diretos	102.000,00	-	-	102.000,00
Taxas, multas e outras penalidades	280.800,00	56.950,00	62.399,00	275.351,00
Rendimentos de propriedade	-	1,00	-	1,00
Transferências e subsídios correntes	6.381.826,95	458.289,36	977.960,92	5.862.155,39
Venda de bens e serviços	994.550,00	42.450,00	78.400,00	958.600,00
Outras receitas correntes	30.000,00	25.000,00	10.500,00	44.500,00
Venda de bens de investimento	-	1.000,00	-	1.000,00
Saldo da gerência anterior	879.501,02	534.749,08	879.501,02	534.749,08
TOTAL	8.668.677,97	1.118.439,44	2.008.760,94	7.778.356,47

Tabela 1 - Alterações Orçamentais da Receita

- A rubrica Transferências e Subsídios Correntes foi reforçada no valor de 367.128,22 euros, devido à integração da receita consignada transferida pela Câmara Municipal de Lisboa, referente aos seguintes Contratos de Delegação de Competências: Bairro 100% Seguro; Equipamentos Desportivos e Projetos Especiais e do Orçamento Participativo Galeria de Artes do Parque. De acordo com o contrato, as tranches são efetuadas de acordo com a taxa de acabamento de cada projeto, sendo este o motivo destes valores não terem sido considerados no orçamento inicialmente previsto.
- O ano de 2022 foi iniciado com o orçamento corrigido do final de 2021, visto que o orçamento de 2022 só foi aprovado em abril de 2022. Consequentemente, a rubrica Saldo da Gerência anterior foi integrada no mês de aprovação do orçamento, com o valor de 879.501,02 euros.

22. Alterações Orçamentais da Despesa

As alterações orçamentais efetuadas resultaram numa redução global de 890.321,50 euros da dotação inicialmente prevista, conforme é possível verificar no quadro seguinte:

Rúbrica	Previsões Iniciais	Inscrições/Reforço	Diminuições/Anulações	Previsões Corrigidas
Despesas com o pessoal	2.954.511,09	717.718,58	775.900,72	2.896.328,95
Aquisição de bens e serviços	5.375.993,33	1.520.842,77	2.212.272,22	4.684.563,88
Juros e outros encargos	1,00	3,00	-	4,00
Transferências e subsídios correntes	202.133,81	53.050,00	139.783,81	115.400,00
Outras Despesas Correntes	60.636,74	22.516,90	41.100,00	42.053,64
Aquisição de bens de capital	75.402,00	25.954,00	61.350,00	40.006,00
TOTAL	8.668.677,97	2.340.085,25	3.230.406,75	7.778.356,47

Tabela 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

- Houve dois tipos de alterações ao longo do ano de 2022. A mais frequente é o ajustamento do orçamento, entre as várias orgânicas e económicas, tendo em conta as necessidades

A

ff GA

emergentes da Junta de Freguesia. A segunda é a integração da despesa consignada resultante do recebimento de receita consignada, tal como mencionado anteriormente.

23. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Ao longo de 2022, foram efetuadas várias alterações ao plano plurianual de investimentos, de modo a que este se ajustasse às necessidades emergentes. As alterações originaram uma diminuição de cerca de 32 mil euros da dotação inicial prevista, conforme é possível verificar no quadro infra:

Designação do Projeto	Dotação Inicial	Modificação	Dotação Corrigida
Equipamento Administrativo	4.450,00	450,00	4.900,00
Equipamento Básico (Outro)	100,00	-	3.900,00
Equipamento de Informática	14.500,00	-7.300,00	7.200,00
Equipamento de Recolha de Resíduos	100,00	-	100,00
Ferramentas e Utensílios	39.100,00	-25.450,00	13.650,00
Material de Transporte	1,00	-	3,00
Material de Transporte (Outro)	500,00	-	501,00
Material Transporte - Outro	0,00	-	2,00
Outros	100,00	-	100,00
Parques e Jardins	100,00	-	100,00
Sinalização e Trânsito	500,00	500,00	1.000,00
Software Informático	12.850,00	-4.400,00	8.450,00
Viadutos, arruamentos e obras complement	100,00	-	100,00
TOTAL	72.401,00	-32.395,00	40.006,00

Tabela 3 - Alterações ao PPI de 2022

24. Operações de Tesouraria

As operações de tesouraria registadas no decorrer do ano de 2022, são referentes a montantes transitados de 2021. A composição do seu saldo é a seguinte:

Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
Cauções	12.223,43	46.523,64	-	58.747,07
Outras Operações de Tesouraria	-8.856,00	8.856,00	-	-
TOTAL	3.367,43	55.379,64	-	58.747,07

- **Cauções:** referente a várias garantias de execução de contratos de empreitadas efetuadas por terceiros;
- **Outras operações de Tesouraria:** referente ao valor de penhora de créditos de fornecedor e colaborador entregues ao Estado.

Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

25. Contratação Administrativa

25.1. Situação dos Contratos

Ao longo do período de relato ou em períodos de relatos anteriores, foram efetuados diversos contratos, sendo que cerca de 555 contratos foram objeto de execução financeira no período de relato.

25.2. Adjudicações por tipo de procedimento

No período do relato foram efetuados vários tipos de adjudicações de processos de despesa. De acordo com o mapa infra, é possível analisar a informação de forma discriminada por tipo de procedimento de adjudicação:

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Ajuste direto		Consulta prévia			
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contrato	Valor
Empreitada de Obras Públicas	0	0,00	2	22 958,00	7	370 589,73	9	393 547,73
Aquisição de Serviços	2	3.354.966,83	486	901 942,41	58	631.823,43	546	4.888.732,67
Aquisição de bens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Concessão de Obras Públicas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Concessão de Serviços Públicos	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras aquisições patrimoniais	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Locação financeira	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Locação de bens	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de imóvel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de imóvel - contrato promessa	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Prestação de serviços ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Empreitada ao abrigo de Acordo Quadro	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Aquisição de trabalhos de conceção e de serviços	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00

26. Transferências e Subsídios

26.1. Transferências e Subsídios – Despesa

26.1.1. Transferências Correntes

As transferências correntes concedidas visam financiar despesas, sem que tal implique, por parte das entidades beneficiárias, qualquer contraprestação direta para com a entidade concedente.

Neste âmbito, a Junta de Freguesia do Parque das Nações despendeu cerca de 68 mil euros durante o ano de 2022:

- **Instituições sem fins lucrativos:** transferência de cerca de 48 mil euros referente a apoios financeiros no âmbito do Regulamento de Apoio ao Associativismo;
- **Fundo Social de Freguesia:** transferência de cerca de 20 mil euros como apoio aos



agregados familiares carenciados em situação de emergência, de modo a fazer face a despesas essenciais e inadiáveis, tais como, água, eletricidade, gás, rendas habitacionais, medicamentos, deslocações médicas, gastos médicos devidamente comprovados e material escolar essencial para o desenvolvimento escolar da criança.

26.1.2. Transferência de Capital

Nada a referir.

26.2. Transferências e Subsídios – Receita

26.2.1. Transferências Correntes

- **Fundo de Financiamento das Freguesias:** nos termos do n.º 2 do artigo 238.º da Constituição da República Portuguesa, o regime das finanças locais é estabelecido por lei e visa a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias locais e a necessária correção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau. A participação das freguesias nos impostos do Estado encontra-se definida na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;
- **Estatuto Remuneratório:** transferências efetuadas pela DGAL, de forma a cobrir os gastos de pessoal, referentes às remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos;
- **Delegação de Competências:** transferências da CML no âmbito dos seguintes contratos de Delegação de Competências, Bairro 100% Seguro, Equipamentos Desportivos, Projetos Especiais, Manutenção e regeneração do espaço público, Recolha de resíduos depositados incorretamente, conforme Lei 56/2012 na sua redação atual;
- **IEFP:** transferências provenientes do Gabinete de Inserção Profissional para prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho;
- **Recenseamento/Atos Eleitorais:** transferências da CML como meio de liquidação dos gastos incorridos com a realização de eleições eleitorais;
- **Contratos de Cooperação:** transferências da CML no âmbito do Contrato Interadministrativo de Cooperação – Higiene Urbana;
- **Fundo de Emergência Social:** fundo criado pela Junta de Freguesia do Parque das Nações, em cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa e com o Estado, como resposta à situação pandémica de COVID-19 de apoio à comunidade;
- **Orçamento Participativo:** transferências da CML no âmbito do projeto Galeria Artes no Parque;
- **DGEstE – Assistentes Operacionais:** transferência proveniente da DGEstE, de apoio aos gastos de pessoal incorridos com a gestão das atividades e serviços relacionados com a orgânica da Educação;

A
Ca
ff

- **CAF's, AAAF's e AEC's:** Componente de Apoio à Família no 1.º Ciclo do Ensino Básico, alargado ainda às Atividades de Animação e Apoio às Famílias (AAAF) aos alunos do Pré-Escolar. Tem como objetivo assegurar o acompanhamento dos alunos antes e depois das atividades curriculares e o enriquecimento cultural e lúdico durante os períodos de interrupção letiva;
- **Outras transferências correntes da CML:** outros apoios provenientes da CML;
- **Protocolo CML – Deliberação n.º 279/AML/2016:** apoio à construção de uma instalação de serviços para apoio ao freguês, na Rua Professor Picard;
- **Protocolo CML – Projeto das Refeições Escolares Saudáveis:** conforme proposta 411/CM/2018, este projeto aposta na promoção e sensibilização para comportamentos de alimentação saudável da população escolar.

26.2.2. Transferências de Capital

Nada a referir.

27. Outras Divulgações

Nada mais a divulgar.

Lisboa, 13 de abril de 2023,

O Vogal do Pelouro da
Financeira e Patrimonial



O Presidente



O Contabilista Certificado

